

RESOLUÇÃO Nº 6.451, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.012678/2018-66 e tendo em vista o que foi deliberado na 450ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 10/10/2018, resolve:

Art. 1º Revogar a Resolução nº 6.391-ANTAQ, de 21/09/2018, tendo em vista que o objeto da renúncia solicitada diz respeito apenas à outorga na navegação de Apoio Marítimo.

Art. 2º Aditar o Termo de Autorização nº 631-ANTAQ, de 11 de fevereiro de 2010, de titularidade da empresa NIT SEA NAVEGAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.519.036/0001-98, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 1º Termo Aditivo, em virtude de renúncia à autorização para operar na navegação de Apoio Marítimo.

Art. 3º A íntegra do citado Termo Aditivo se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 4º A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.452, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.011111/2016-19 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 450ª Reunião Ordinária, realizada em 10/10/2018, resolve:

Art. 1º Autorizar a desincorporação física e contábil dos bens móveis pertencentes à União integrantes do patrimônio do porto organizado de Maceió e/ou que se encontram sob a administração e gestão da Administração do Porto de Maceió - APMc, elencados no Ofício APMC nº 157/2018 sob o título "Relação de Bens para Leilão".

Art. 2º Determinar que os recursos financeiros auferidos com a referida alienação sejam depositados em conta corrente específica, devendo ser utilizados na aquisição de novos bens destinados ao porto, após a comunicação do plano de aplicação de recursos a esta Agência, exceto quanto ao valor obtido na alienação do Guindaste Pórtico TAKRAF, de propriedade da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, cujo montante deverá ser repassado àquela Autoridade Portuária, que por sua vez deverá adotar os mesmos procedimentos no tocante ao plano de aplicação de recursos.

Art. 3º Determinar a Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC, desta Agência, o acompanhamento acerca do fiel cumprimento aos ditames da Resolução nº 443-ANTAQ quanto aos procedimentos subsequentes.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.455, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.008507/2017-51 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 450ª Reunião Ordinária, realizada em 10/10/2018, resolve:

Art. 1º Aprovar a submissão em Audiência Pública da proposta de norma que dispõe sobre a participação social nas decisões da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ por meio de Audiências Públicas, Consultas Públicas, Reuniões Participativas, Tomadas de Subsídio e Consultas Internas, na forma do Anexo da presente resolução.

Art. 2º O Anexo de que trata o art. 1º estará disponível na íntegra no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.456, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.010926/2016-72 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 450ª Reunião Ordinária, realizada em 10/10/2018, resolve:

Art. 1º Reconhecer a possibilidade de celebração de Contrato de Adesão entre o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA, na qualidade de Poder Concedente, e a empresa PDBS - PORTS DEVELOPED BY SHIPHANDLERS PARTICIPAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.423.443/0001-90, para construção e exploração de Instalação Portuária de Turismo - IPTur, localizada no município de Balneário Camboriú/SC, com área total de 21.461,66m², para fins de movimentação de passageiros destinados ou provenientes de transporte aquaviário, eis que atendidas as exigências de que trata a Lei nº 12.815, de 2013; o Decreto nº 8.033, de 2013; a Resolução Normativa nº 20-ANTAQ, de 2018; bem como o disposto no Instrumento Convocatório de Anúncio Público nº 04/2017-ANTAQ.

Art. 2º Determinar, de ofício, a instauração de processo administrativo, sem efeito suspensivo, no âmbito da Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC, desta Agência, para investigar a legitimidade e veracidade de documentos produzidos por agentes públicos de entidades ou órgãos intervenientes no respectivo processo, especificamente aqueles de que tratam os documentos SEI nº 0384989.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.457, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.002128/2016-77 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 450ª Reunião Ordinária, realizada em 10/10/2018, resolve:

Art. 1º Reconhecer a possibilidade de celebração de Contrato de Adesão entre o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA, na qualidade de Poder Concedente, e a empresa Braskem S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.150.391/0001-70, visando a construção e exploração de instalação portuária na modalidade de Terminal de Uso Privado - TUP, localizada no município de Candeias/BA, com área total de 14.658,79m², destinada à movimentação e/ou armazenagem de granel líquido e gasoso, valendo-se do modal aquaviário, tendo em vista que foram atendidas as exigências de que trata a Lei nº 12.815, de 2013; o Decreto nº 8.033, de 2013; a Resolução Normativa nº 20-ANTAQ, de 2018, bem como o Instrumento Convocatório de Anúncio Público nº 06/2016-ANTAQ.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.465, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.011168/2017-91 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 450ª Reunião Ordinária, realizada em 10/10/2018, resolve:

Art. 1º Rerratificar a aprovação da planilha de contribuições objeto da Audiência Pública nº 01/2018-ANTAQ, relativa ao terminal portuário denominado BEL02A, localizado no porto organizado de Belém, consubstanciada no documento SEI nº 0609968.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.466, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.011169/2017-35 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 450ª Reunião Ordinária, realizada em 10/10/2018, resolve:

Art. 1º Rerratificar a aprovação da planilha de contribuições objeto da Audiência Pública nº 01/2018-ANTAQ, relativa ao terminal portuário denominado BEL02B, localizado no porto organizado de Belém, consubstanciada no documento SEI nº 0606947.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.467, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.011170/2017-60 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 450ª Reunião Ordinária, realizada em 10/10/2018, resolve:

Art. 1º Rerratificar a aprovação da planilha de contribuições objeto da Audiência Pública nº 01/2018-ANTAQ, relativa ao terminal portuário denominado BEL04, localizado no porto organizado de Belém, consubstanciada no documento SEI nº 0609976.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.468, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.011171/2017-12 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 450ª Reunião Ordinária, realizada em 10/10/2018, resolve:

Art. 1º Rerratificar a aprovação da planilha de contribuições objeto da Audiência Pública nº 01/2018-ANTAQ, relativa ao terminal portuário denominado BEL08, localizado no porto organizado de Belém, consubstanciada no documento SEI nº 0609982.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.469, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.011172/2017-59 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 450ª Reunião Ordinária, realizada em 10/10/2018, resolve:

Art. 1º Rerratificar a aprovação da planilha de contribuições objeto da Audiência Pública nº 01/2018-ANTAQ, relativa ao terminal portuário denominado BEL09, localizado no porto organizado de Belém, consubstanciada no documento SEI nº 0613015.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

**SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO****DESPACHO Nº 33, DE 10 DE AGOSTO DE 2018**

Processo nº 50300.003070/2017-60. Fiscalizada: ALFAMARES TRANSPORTES APOIO MARÍTIMO E PORTUÁRIO LTDA. - EPP. CNPJ: 35.325.208/0001-65. Objeto e Fundamento Legal: Aplicar a penalidade de advertência pelo cometimento da infração tipificada no inciso XIV do art. 21 da Resolução nº 2.510/2012-ANTAQ.

ALEXANDRE GOMES DE MOURA
Gerente**DESPACHO Nº 54, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018**

Processo nº 50300.009306/2016-91. Fiscalizada: CARLOS ROBERTO DA SILVA - APOIO NÁUTICO - ME, CNPJ nº 11.342.374/0001-01. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer o Recurso interposto, dada a sua tempestividade, para, no mérito, conceder-lhe provimento parcial, reformando o valor da multa aplicada para R\$ 1.588,13 (um mil quinhentos e oitenta e oito reais e treze centavos), pela prática da infração tipificada no inciso II do art. 23 da Resolução nº 2.921/2013-ANTAQ.

ALEXANDRE GOMES DE MOURA
Gerente**DESPACHO Nº 55, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018**

Processo nº 50300.006134/2016-01. Fiscalizada: LOG-IN - LOGÍSTICA INTERMODAL S.A, CNPJ nº 42.278.291/0001-24. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer o recurso interposto, dada sua tempestividade e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo o arquivamento da suposta irregularidade relativa ao Fato 1 e aplicando a penalidade de multa pecuniária no valor reformado de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) pelo cometimento da infração disposta no inciso IV do artigo 32 da Resolução nº 2.922/2013-ANTAQ.

ALEXANDRE GOMES DE MOURA
Gerente**GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE PORTOS
E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS****DESPACHO Nº 64, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018**

Processo nº 50300.000397/2018-61. Fiscalizada: Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP, CNPJ nº 44.837.524/0001-07. Objeto e Fundamento Legal: por conhecer o recurso apresentado, uma vez que tempestivo, para no mérito conceder-lhe parcial provimento, aplicando a penalidade de multa no valor de R\$ 11.072,26 (onze mil setenta e dois reais e vinte e seis centavos), pelo cometimento da infração prevista no inciso XIII do Art. 33 da norma aprovada pela Resolução ANTAQ nº 3.274/2014.

NEIRIMAR GOMES DE BRITO
Gerente